

JUSPREV



Relatório
Anual de
Informações

2022

Bem-vindo(a) ao RAI-2022

O Relatório Anual de Informações (RAI) é um documento onde são compilados diversos conteúdos e dados importantes sobre a JUSPREV e o PLANJUS, plano de benefícios previdenciários exclusivo. A edição de 2023 marca um importante momento na história da Entidade, que se encontra em constante expansão, buscando sempre por resultados satisfatórios para os participantes ativos e assistidos. O documento foi produzido especialmente para que os públicos de interesse encontrem as informações com facilidade e leitura fluida.

As mudanças constantes no cenário econômico requerem ações dinâmicas. Dessa forma, através do comitê de investimentos, a diretoria da JUSPREV tem buscado soluções que impulsionem a entidade a crescer mediante os desafios.

Entre as estratégias estabelecidas no primeiro trimestre de 2023, foi desenvolvido um plano de ação conjunto com as Associações Instituidoras, para que estas assumam um papel ativo na comercialização do PLANJUS entre os associados. O plano piloto foi apresentado nos estados de São Paulo e Minas Gerais, evidenciando os potenciais ganhos para as associações, repassados em forma de patrocínio.

Buscando oferecer ainda mais vantagens para os participantes, o Clube de Vantagens JUSPREV inaugurou uma parceria com o SICOOB-COOMPERJ, uma das maiores cooperativas do Brasil. A partir desta parceria, os participantes poderão desfrutar de benefícios como linhas de crédito, cartões de crédito black e platinum, programas de milhagens, consórcios e marketplace exclusivo.

A JUSPREV está em constante busca pelos melhores resultados para os participantes, e em 2023, o nosso propósito ganha força com novas estratégias que levarão a Entidade a um crescimento exponencial.

Desejamos uma boa leitura!

Sumário

● Apresentação RAI	2
● Palavra da Diretoria	4
● Colaboradores	5
● JUSPREV em Números	6
Participantes Ativos	7
Patrimônio	7
Portabilidade de Entrada	7
Aportes	8
Pagamentos de Benefícios	8
● Relatório sobre Investimentos	9
Alocação de recurso por segmento	10
Relatório Previdenciário	10
Comparativo de Rentabilidade	10
Alocação de recurso por segmento e por veículo de investimentos	11
● Relatório de Gestão Anual	13
SOMMA	14
Icatu Vanguarda	16
● Resumo da Política de Investimentos	17
Apresentação	18
Sobre a Entidade	18
Estrutura de Governança de Investimentos	18
Designação das Funções de AETQ e ARGR	19
Diretrizes gerais para Procedimentos de Investimentos	19
Sobre o Plano	19
Alocação de Recursos	20
Restrições	20
Derivativos	21
● Demonstrações Contábeis	22
Balanço Patrimonial Consolidado	23
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado	23
Demonstração do Ativo Líquido	24
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	24
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado	25
Demonstração das Provisões Técnicas	26
● Parecer Atuarial do Plano de Benefícios	27
Objetivo	28
Dados Cadastrais Financeiros	28
Hipóteses Atuariais	29
Resultados da Avaliação Atuarial	30
Riscos Atuariais e outros fatos relevantes	31
Considerações finais	31
● Parecer dos Auditores Independentes	32
● Parecer do Conselho Fiscal	36
● Manifesta�o do Conselho Deliberativo	37
● �rg�os Estatutários	38
● Instituidoras	41
● Anexo 1 - Indicadores das Despesas Administrativas	44

Palavra da Diretoria

O ano de 2023 marca um momento especial na história da JUSPREV. Após um ano de comemorações em alusão aos 15 anos de fundação, comemorados em 2022, chegamos neste momento diante de importantes conquistas. Em constante expansão, a Entidade ruma ao marco de 100 Associações Instituidoras em todo o território nacional, o que prevemos alcançar até o segundo semestre. A extensão do colégio de instituidoras reforça a posição de prestígio que a JUSPREV ocupa como a maior união formal de carreiras jurídicas públicas de todo o Brasil.

Este ano também é marcado por mudanças políticas e governamentais no Brasil. Neste período inaugural da nova gestão, as tramitações são recebidas com ambiguidade pelo mercado financeiro, resultando em incertezas mediante os problemas econômicos pertinentes. Neste cenário, a JUSPREV se empenha para ser a certeza e a segurança entre os participantes nos momentos de dúvidas, assim como tem feito desde a sua criação ao antecipar as mudanças significativas na reforma da previdência.

Apesar deste cenário econômico desafiador, a Entidade empenha-se em buscar soluções assertivas através das decisões do comitê de investimentos, para que os resultados apresentados aos participantes sejam sempre satisfatórios. Nossa missão continua enraizada em princípios de transparência, segurança e proteção dos participantes, respeitando as diretrizes conservadoras estabelecidas na Entidade. Através de conteúdos referentes à educação financeira, reforçamos que investimentos de longo prazo como a previdência complementar não são afetados pela volatilidade, portanto não devem preocupar os participantes.

Segundo informações do Relatório Gerencial de Previdência Complementar (RGPC) de 2022, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) alcançaram um patrimônio de R\$1,17 trilhão, correspondente a 49% de todo o regime de previdência complementar, apontando um crescimento de aproximadamente 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os números são irredutíveis: a busca por uma renda complementar é imprescindível. Também demonstram a importância da JUSPREV para oferecer essa complementação aos membros de carreiras jurídicas públicas do Brasil, fortalecendo todas as classes profissionais.

Diariamente, a JUSPREV constrói um legado para as gerações futuras em que a segurança e estabilidade são os motores que impulsionam o nosso trabalho. As estratégias que traçamos hoje são pensadas para que amanhã, os participantes, seus cônjuges, beneficiários e dependentes econômicos possam todos desfrutar de maior qualidade de vida. Para chegar lá, neste patamar de plenitude, não mediremos esforços.

**Atenciosamente,
Diretoria Executiva da JUSPREV**

Equipe de Colaboradores

Gerente Geral - Deborah Maggio

Institucional - Solange Stelle

Relacionamento - Glauca Murça

Atendimento - Ana Carolina Correia

Administrativo - Patrícia Traldi

Comunicação - Felipe Voos

Marketing - Francisco Borges

Tecnologia da Informação - João Gabardo

Investimentos e Financeiro - Allan Nogueira

Financeiro - Jessyca Traldi

Operacional - Leandro Kormann

Consultoria - Camila Schroeter

Consultores Previdenciários:

Alexandre dos Santos (**Sul e Centro-Oeste**)

Carolina Dutra (**Minas Gerais e Espírito Santo**)

Denise Ribas Estrella (**Rio de Janeiro**)

Fabio Roger (**Norte**)

Telma dos Santos (**Nordeste**)

Zuleide Miranda (**ANFIP**)

Projeto Gráfico e Diagramação:

Isabela Maggio e Felipe Voos



JUSPREV em Números

3700



Participantes ativos

em 31/12/2022

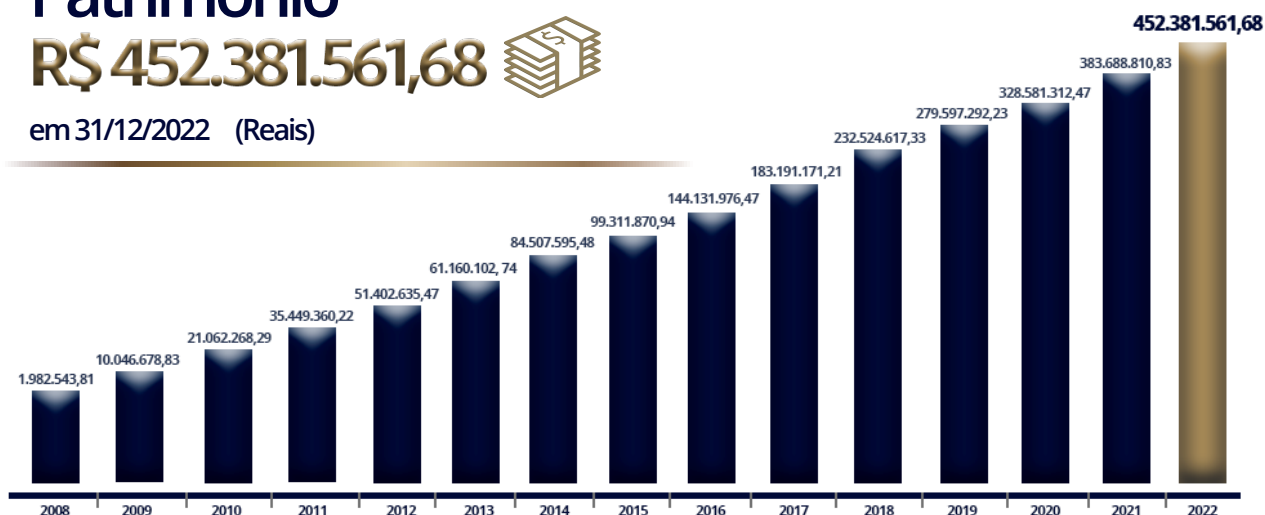


Patrimônio

R\$ 452.381.561,68



em 31/12/2022 (Reais)

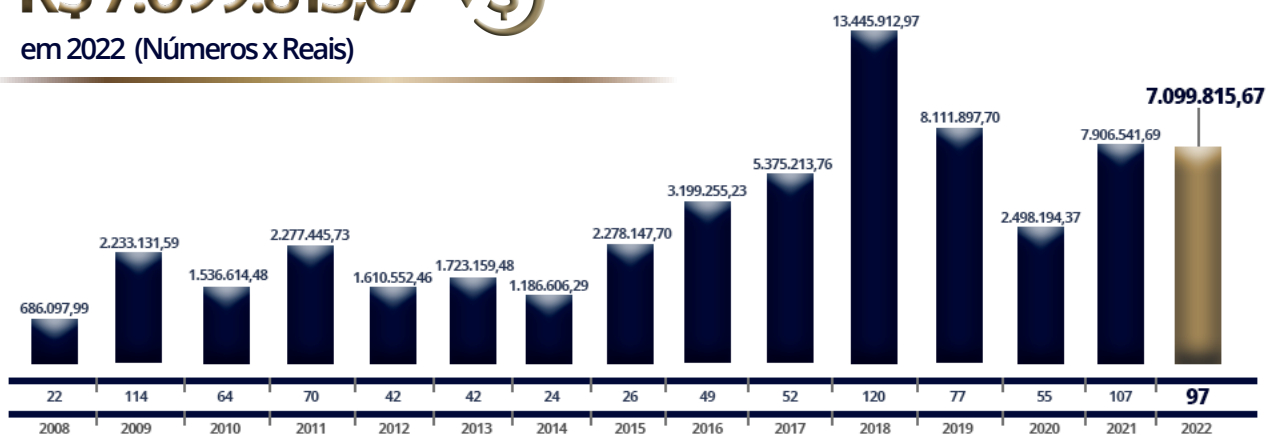


Portabilidade de Entrada

R\$ 7.099.815,67



em 2022 (Números x Reais)



Aportes

R\$ 12.004.111,30

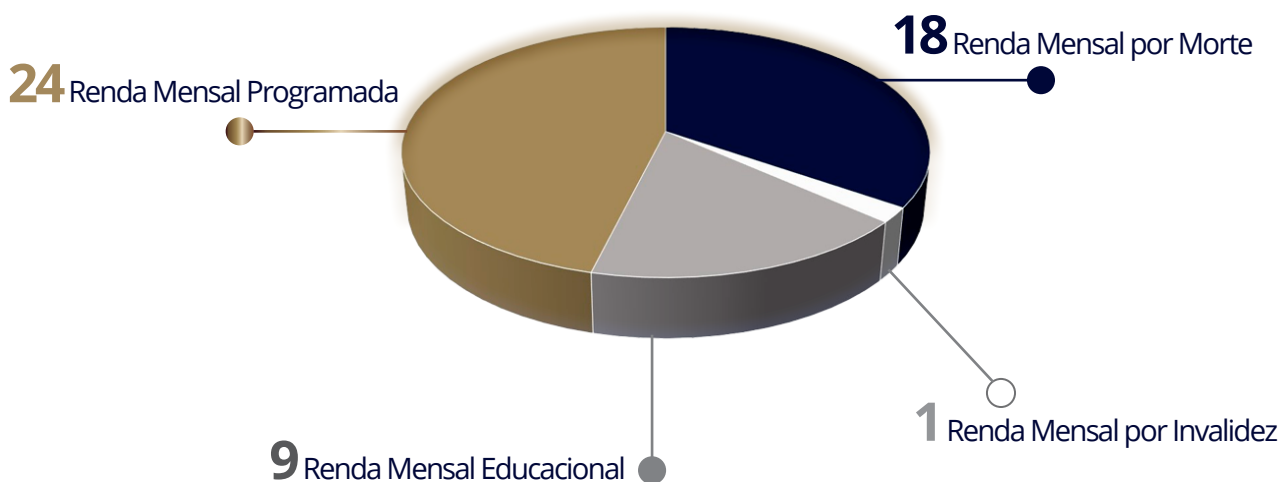
em 2022 (Reais)



Pagamentos de Benefícios

até 31/12/2022

52 vigentes





Relatório sobre Investimentos

Resumo das Informações sobre investimentos em 31/12/2022.

Em atendimento à Política de Investimentos, aprovada na reunião de dezembro de 2019, os investimentos da JUSPREV no ano de 2022 obedeceram aos limites definidos pela Resolução nº 3.792, do CMN, 24 de setembro de 2009, e posteriormente adaptada à Resolução nº 4661, do CMN, de 25 de maio de 2018, abaixo discriminados.

Alocação de Recurso por segmento

Recursos Garantidores (em mil R\$)	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)
Segmentos de Aplicação	399.968,82	100%	411.753,41	100%	430.343,17	100%	453.339,80	100%
Renda Fixa	303.588,80	75,90%	321.561,29	78,10%	351.523,35	81,68%	368.549,47	81,30%
Renda Variável	30.793,49	7,70%	24.634,23	5,98%	13.871,36	3,22%	18.642,32	4,11%
Estruturado	41.025,70	10,26%	43.728,37	10,62%	46.430,18	10,79%	47.592,47	10,50%
Imobiliário	91,72	0,02%	5.159,37	1,25%	6.254,08	1,45%	6.885,98	1,52%
Operação com participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exterior	24.469,11	6,12%	16.670,15	4,05%	12.264,20	2,85%	11.669,56	2,57%

Relatório Previdenciário

Descrição	2020	2021	2022
Portabilidades Recebidas	55	107	97
Adesões	303	291	218
Participantes Assistidos	41	45	52
Ativos até 31/12/2022	3434	3618	3700

Comparativo de Rentabilidade

Meses de 2022	Indicadores			
	JUSPREV	CDI	CDI (%)	IPCA
Janeiro	0,54	0,73	74,03	0,54
Fevereiro	0,59	0,76	78,28	101,00
Março	1,65	0,93	117,69	1,62
Abril	0,12	0,83	14,67	1,06
Maiο	0,99	1,03	95,82	0,47
Junho	-0,14	1,02	-14,11	0,67
Julho	0,92	1,03	88,70	-0,68
Agosto	1,13	1,17	97,01	-0,36
Setembro	0,80	1,07	74,76	-0,29
Outubro	0,97	1,02	94,22	0,59
Novembro	0,26	1,02	28,67	0,41
Dezembro	0,60	1,12	53,30	0,62
Acumulado 2022	8,79	12,39	70,90	5,78

Alocação de Recurso por segmento e por veículo de investimentos

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Renda Fixa (art. 21)	81,30%	100%	72,24%	35,00%	100%	ok
Total dos Recursos em (Inciso I)	52,58%	100,00 %	-	0,00%	100,00 %	ok
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	52,58%	-	-	0,00%	100,00%	ok
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	100,00%	ok
Total dos Recursos em (Inciso II)	26,19%	80,00%	-	0,00%	80,00%	ok
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	7,15%	-	-	0,00%	80,00%	ok
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	7,05%	-	-	-	-	-
DPGEs	0,10%	-	-	-	-	-
Poupança	0,00%	-	-	-	-	-
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	19,04%	-	-	0,00%	80,00%	ok
LHs, LCIs e LCAs	0,00 %	-	-	-	-	-
Debêntures	18,74%	-	-	-	-	-
NCEs e CCEs	0,25%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,05%	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	80,00%	ok
Total dos Recursos em (Inciso III)	2,58%	20,00 %	-	0,00 %	20,00 %	ok
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
LH, LCI e LCA	0,00%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso II, alínea d)	0,32%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Cotas de classe de FI e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	2,26%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	2,26%	-	-	-	-	-
CCBs e CCCBs	0,00%	-	-	-	-	-
CPR, CRA, CDCA e WA (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	-	0,00 %	20,00 %	ok
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	28,77%	80,00%	-	0,00%	80,00%	ok
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-	-	-
Caixa e disponível	0,25%	-	-	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,37%	-	-	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,05%	-	-	-	-	-

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Renda Variável (art. 22)	4,11%	70,00%	8,41%	0,00%	25,00%	ok
Ações e cotas de fundos de índice negociados em segmento especial (Inciso I)	3,99%	70,00%	-	0,00%	25,00%	ok
Ações e cotas de fundos de índice negociados em segmento não especial (Inciso II)	0,10%	50,00%	-	0,00%	25,00%	ok
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificados como nível II e III (Inciso III)	0,01%	10,00%	-	0,00%	10,00%	ok
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	-	0,00%	3,00%	ok
Opções	0,01%	-	-	-	-	-

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Estruturado (art. 23)	10,50%	20,00%	12,29%	0,00%	20,00%	ok
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	ok
Cotas de fundos e cotas de FiCs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	10,50%	15,00%	-	0,00%	15,00%	ok
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	ok
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	-	0,00%	5,00%	ok

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Imobiliário (art. 24)	1,52%	20,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok
Total de recursos em	1,52%	20,00%	-	0,00%	10,00%	ok
Cotas de fundos e cotas de FiCs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	0,87%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,65%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Estoques Imobiliários*	0,00%	-	-	-	-	-

* Art. 37.5 5º. A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Operação com Participantes (art. 25)	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	ok

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Exterior (art. 26)	2,57%	10,00%	7,06%	0,00%	10,00%	ok
Total de recursos em	2,57%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Cotas de fundos e cotas de FiCs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 67% (Inciso II)	2,54%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Brazilian Depository Receipts (BDR) classificados como nível I (Inciso IV)	1,41%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso V)	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok

Comentários: No encerramento do 4º trimestre de 2022, os investimentos do plano CD da EFPC apresentavam-se em conformidade em relação aos o aos Artigos 21 ao 26 da Resolução CMN nº 4.994 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.



Relatório de Gestão Anual



Somma

O ano de 2022 foi marcado pelas pressões inflacionárias ao redor do mundo. Como reação, os Bancos Centrais iniciaram movimentos de subidas de juros, empregando aumentos de taxas em magnitudes raras na história.

A inflação global em 2022 foi causada por diversos motivos. Entre as principais causas estão o preço elevado de commodities - sobretudo energéticas e agrícolas -, consequência direta do conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, o descompasso entre oferta e demanda, refletindo a retomada da mobilidade pós-pandemia de COVID-19, além do sobreaquecimento das economias causado pela demora na retirada de estímulos monetários e fiscais nos principais países também contribuíram para uma inflação historicamente elevada. Ademais, a recuperação da economia proporcionou um aumento no emprego, ocasionando um mercado de trabalho mais robusto, mas gerando pressões inflacionárias advindo do crescimento dos salários nas principais economias do mundo.

Nos EUA, o ano foi marcado por inflação elevada – que atingiu o maior patamar dos últimos quarenta anos – e um consumo doméstico bastante aquecido. Apesar da energia ter sido o principal detrator da inflação norte-americana, o grande ímpeto de contratação das firmas associada a uma escassez de mão de obra, criaram descompassos na oferta e demanda do mercado de trabalho, levando a um crescimento dos salários e à geração de pressões inflacionárias relevantes. Como consequência desses fatos, o Federal Reserve, ainda no primeiro trimestre do ano, iniciou o seu ciclo de aperto monetário bastante tempestivo, levando as taxas de juros do intervalo de 0% a 0,25% para 4,25% a 4,50% - totalizando 4,25 p.p. de aumento nas taxas de juros.

No Brasil, a atividade econômica superou as expectativas do início de 2022 e apresentou bom desempenho ao longo do ano. Um dos principais responsáveis pela performance positiva foi o setor de serviços, refletindo o aumento da mobilidade após o fim das restrições do COVID-19 e o crescimento da massa salarial observada ao longo do ano.

No ano, o Banco Central do Brasil encerrou o ciclo de aperto monetário iniciado em março de 2021, empregando um aumento que totalizou 11,75 p.p. na taxa de Selic ao longo do ciclo. Apesar da queda da inflação em comparação a 2021, ela terminou 2022 em 5,79% - novamente acima do intervalo compatível para a meta (5,0%). As projeções do Banco Central continuam indicando o não cumprimento da meta em 2023, com a autoridade monetária passando adotar a estratégia de manter a taxa básica de juros em patamar elevado por um tempo suficientemente prolongado.

Apesar dos desdobramentos econômicos relevantes durante o ano, as eleições foram o principal tema no Brasil. A aprovação de medidas associadas com o ciclo político, como o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600 e a desoneração de tributos promoveram sustentações adicionais sobre a demanda agregada, mas reduziram a inflação de combustíveis e contribuíram para um IPCA menor ao final do ano. As questões fiscais também foram o centro do debate, com o novo governo eleito, ainda antes do início do mandato, organizando a aprovação da PEC de Transição, que prevê gastos adicionais de aproximadamente R\$ 175 bilhões fora do Teto de Gastos em 2023, fatores que podem comprometer a trajetória fiscal do país. Além disso, as declarações do presidente eleito e de seus aliados foram bastante ruidosas, elevando as expectativas de inflação e a incerteza a sobre o desempenho da economia nos próximos anos.

Este cenário doméstico eleitoral aliado às incertezas geopolíticas e inflacionárias globais, fizeram o ano de 2022 ser bastante volátil e desafiador para os investimentos. Na renda fixa, a Selic mais alta trouxe um fluxo positivo para o segmento, beneficiando esta classe de ativo com fechamento de spreads de crédito e apreciação dos títulos. A grande alocação do fundo ativo em renda fixa e CDI foi uma contribuição relevante para a rentabilidade em 2022. Além disso, aproveitamos a abertura das taxas dos títulos públicos atrelados à inflação (NTN-B) para realizar compras com taxas bem acima da meta atuarial e com potencial de valorização em caso de um fechamento de taxas no futuro.

Na estratégia de multimercados (institucional 4661 e estruturado), no geral, os fundos tiveram um ano bem positivo, beneficiados pelas posições compradas em commodities e tomados em juros globais. Esta classe foi uma importante contribuição positiva para performance no ano.

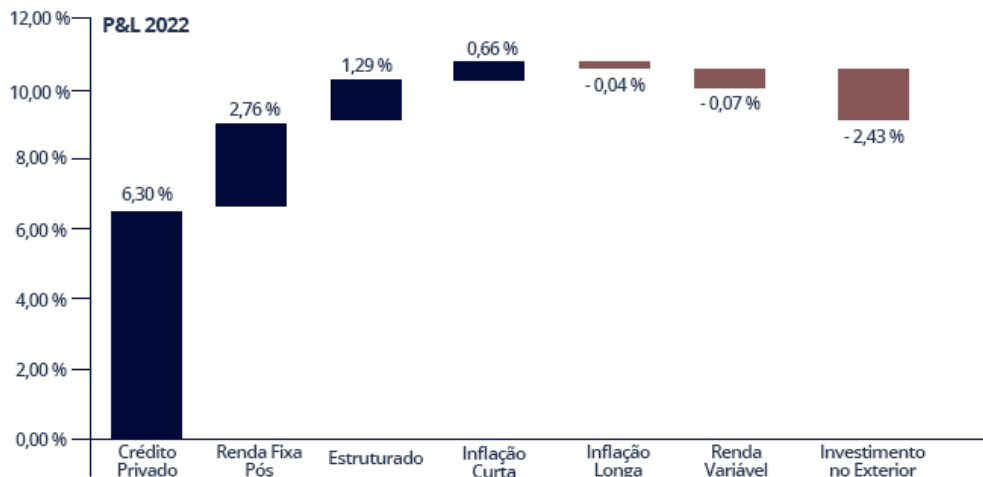
Na renda variável local, tal como em 2021, o setor de commodities foi beneficiado em 2022 com os consequentes choques de oferta com e eclosão do conflito no leste europeu. Com isso, a indústria de fundos ativos de renda variável acabou com uma performance inferior ao Ibovespa, que possui uma concentração muito elevada em empresas do setor de commodities. Isto posto, optamos por navegar a maior parte de 2022 com uma posição neutra para bolsa, efetuando alguns movimentos táticos de baixa magnitude.

Já na parcela de investimento exterior, optamos por uma exposição bem reduzida na exposição ao dólar e no mercado de renda variável global, frente o cenário de alta de juros nas principais economias desenvolvidas. Por outro lado, mantivemos a alocação de renda fixa global sem exposição cambial, que apresentou forte recuperação no segundo semestre após um começo de ano turbulento.

Icatu Vanguarda

Em 2022 o fundo Icatu Vanguarda FIM CP Jusprev rendeu 8,46% contra 12,37% do CDI.

Ao longo do último ano, algumas classes contribuíram para performance positiva do fundo sendo as principais classes: Crédito Privado, Renda Fixa Pós, Estruturado e Inflação Curta. Na Parte negativa, tivemos Investimento no exterior, Renda Variável Brasil e Inflação Longa.



Durante o primeiro trimestre de 2022, mantivemos a estratégia feita em 2021, mantendo as posições em títulos de inflação curta, visando não só o carregamento positivo da inflação, mas também se aproveitar dos níveis elevados de juros reais. Em abril optamos por reduzir a posição em inflação curta dado o cenário de curto prazo de inflação mais benigna. Tal estratégia se mostrou acertada, agregando alfa ao fundo.

Em maio, decidimos incluir um fundo de Renda Fixa ativa de baixa volatilidade (Itaú Optimus Renda Fixa Institucional) com objetivo de capturar assimetrias no mercado de juros Brasil, dado a proximidade do fim do ciclo da política monetária. Por ainda percebermos atratividade nesta posição, decidimos por mantê-la na carteira do fundo no ano de 2023.

No final de Julho e início de Agosto, foi tomada a decisão de redução sensível de risco do fundo tendo em vista a perspectiva de um período conturbado à frente, com as eleições presenciais, e por isso fizemos resgates nos fundos de bolsa e Investimento no Exterior, que possuem maior volatilidade.

Entre outubro e novembro operamos de forma bem tática com posições de bolsa e inflação longa por enxergarmos uma assimetria favorável nesses mercados, dado todo o pessimismo já precificado com as eleições. Foram posições pequenas e desfeitas no próprio mês de novembro dado toda a sinalização negativa que foi sendo dada pelo Presidente eleito.

Ainda em novembro, decidimos voltar a recompor parcialmente as posições em inflação curta, que, apesar do ambiente conturbado, tende a sofrer menos por ter uma duration menor e que se beneficiaria de um período sazonalmente favorável para inflação nos meses seguintes. Além disso, dado tudo que vem sendo debatido no âmbito político e econômico, essa é uma posição que traz proteções reais ao fundo.

Em dezembro, começamos a ajustar a nova Política de Investimento de 2023. Em complemento, ainda diante de um cenário indefinido, com a aprovação da PEC da Transição e indicações de integrantes do novo governo que sinalizaram descompromisso com a responsabilidade fiscal, mantivemos nossas posições em inflação curta (que tendem a sofrer menos, considerando sua duration mais curta e oferecem proteções reais ao fundo).



Resumo da Política de Investimentos

Apresentação da Política de Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Previdenciários Juris - PLANJUS, administrado pela JUSPREV, referente ao exercício de 2023, objetiva:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e nas Instruções Normativas da PREVIC nº 35, de 11 de novembro de 2020 e nº 12, de 21 de janeiro de 2019.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do Plano de Benefícios Previdenciários Juris - PLANJUS, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

Sobre a Entidade

A JUSPREV (FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA), Entidade sem fins lucrativos, aprovada pela Portaria nº 1.416, de 14 de agosto de 2007, da antiga SPC (Secretaria de Previdência Complementar), do Ministério da Previdência Social, atualmente PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), administra o Plano de Benefícios denominado PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS – PLANJUS.

A JUSPREV tem como missão, administrar planos de benefícios previdenciários aos seus associados, exclusivamente na modalidade de Contribuição Definida (CD) e com base na constituição de reservas individuais que garantam o benefício contratado, contribuindo para que os Participantes tenham direito a uma existência digna, segura e com qualidade de vida.

Por possuir um Plano do tipo CD, com uma população ativa ainda em fase de inscrição, a Entidade tem a possibilidade de uma maior flexibilização na definição e condução dos investimentos dos seus recursos, a qual é detalhada nesta Política de Investimento.

Estrutura de Governança de Investimentos

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Designação das Funções de AETQ e ARGR

Designa-se para o exercício cumulativo das funções de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e de Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR), durante o período de vigência da presente política de investimentos, o seguinte membro da Diretoria Executiva:

Função	CPF	Nome	Cargo
AETQ e ARGR	077.345.058-05	Jair Eduardo Santana	Diretor Administrativo-Financeiro

Diretrizes gerais para Procedimentos de Investimentos

Legislação de referência:
IN PREVIC nº 35, Inciso VII, alínea e;
Resolução CMN nº 4.994, Art. 10, § 1º e § 2º e Art. 11, § 2º.

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e retorno das carteiras próprias e administradas será executada de acordo com a legislação e com as diretrizes estabelecidas na presente política de investimentos.

Os investimentos realizados pela EFPC, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos e as suas garantias reais ou fidejussórias, se existentes.

A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas da alocação/mandato, considerando:

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise das características do investimento proposto e sua adequação aos objetivos do plano;
- Análise de desempenho do ativo, do fundo ou do gestor, conforme o caso;
- Análise dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação;
- Análise de riscos relacionados à sustentabilidade;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

Sobre o Plano

Legislação de referência:
IN PREVIC nº 35/20, Art. 7, Inciso IV.

A presente política de investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

Plano de Benefícios	
Nome	Plano de Benefícios Previdenciários Juris - PLANJUS
Modalidade	Contribuição Definida (CD)
Meta ou Índice de Referência	INPC + 4,35% a.a
CNPB	20.070.035-38

Alocação de Recursos

Legislação de referência:
IN PREVIC nº 35/20, Art. 7, Inciso I.

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta política de investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

Alocação de Recursos - Limites e Alvos por Segmento de Aplicação

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa		82,0 %		
Renda Fixa CDI		22,0%		
Multimercado Institucional/Crédito	100%	35,0%	35,00%	100,00%
Renda Fixa IMA-B		0%		
Renda Fixa ALM		25,0%		
Renda Variável	70%	3,5%	0,00%	15,00%
Estruturado	20%	12,5%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,0%	0,00%	10,00%
Operações com participantes	15%	0,0%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	42,0%	0,00%	8,00%

Restrições

Cabe ressaltar que a restrição para aplicação em títulos e valores mobiliários estabelecida no tópico a seguir é válida somente para os veículos de investimento exclusivos. As aplicações em cotas de fundos abertos condominiais, realizadas diretamente ou por intermédio de carteira própria, estão sujeitas somente à legislação aplicável e aos seus regulamentos e mandatos específicos.

- Em função do porte da JUSPREV, é vedada, a princípio, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e investimentos em fundos de participações (FIPs).

A JUSPREV poderá, a qualquer momento, viabilizar estudo que indique investimentos nas classes e operações vedadas e mencionadas acima, desde que tecnicamente fundamentado. Nesse sentido, caso ocorra a necessidade, em função do contexto do mercado, de investimentos nessas classes e operações, o Conselho Deliberativo da JUSPREV deverá aprovar as novas diretrizes que devem constar na Política de Investimento.

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados, cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022.

A EFPC, através de seus fundos de investimentos, poderá fazer uso de derivativos, conforme objetivos descritos no regulamento do fundo investido. Caberá ao gestor, discricionariamente, analisar a conveniência e oportunidade para realização de operações com derivativos, sempre respeitando os limites legais, quando aplicáveis, e os quesitos a seguir.

O controle de exposição, quando se tratar de veículos em que a abertura de carteira é necessária para o enquadramento, será através do monitoramento dos níveis de margem requerida como garantia de operações e das despesas com a compra de opções, sendo:

- Margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em ativos financeiros aceitos pela Clearing;⁷
- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.^{7,8}

Cabe destacar que o controle aqui mencionado não se aplica aos fundos que são dispensados, por legislação, do controle relacionado a derivativos, sendo certo que outras análises sobre a utilização de derivativos nesses fundos serão realizadas, a despeito da dispensa legal para esse controle específico.

Além do caso acima, e sem prejuízo da observância dos mesmos critérios legais, a EFPC poderá realizar operações de derivativos diretamente desde que tais operações observem, cumulativamente, os seguintes critérios:

- Observância dos quesitos legais relacionados a depósito de margem e a gasto com prêmio de opções, transcritos anteriormente;
- Análise prévia de cenários, riscos e impactos na carteira, considerando-se a posição isoladamente e em conjunto com ativos da carteira;
- As operações deverão ter o objetivo de proteção.

⁷ Para verificação dos limites estabelecidos nos incisos V e VI do caput não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

⁸ No cômputo do limite de que trata o inciso VI do caput, no caso de operações estruturadas com opções que tenham a mesma quantidade, o mesmo ativo subjacente e que o prêmio represente a perda máxima da operação, deverá ser considerado o valor dos prêmios pagos e recebidos, observado o disposto no inciso VII do art. 36 da Resolução CMN nº 4.994.



Demonstrações Contábeis

Consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Balanço Patrimonial Consolidado (em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Disponível	4	154	512	Exigível Operacional		1342	1432
Realizável		453.457	383.704	Gestão Previdencial	9 a	958	1078
Gestão Previdencial	5	-	14	Gestão Administrativa	9 b	383	353
Gestão Administrativa	6	1	1	Investimentos		1	1
Investimentos	7	453.456	383.689	Patrimônio Social	10	452.378	382.876
Fundos de Investimento	7	453.456	383.689	Patrimônio de Cobertura do Plano		452.381	382.589
Imobilizado e Intangível	8	109	92	Provisões Matemáticas		452.381	382.589
				Benefícios Concedidos		7.968	7.502
				Benefícios a Conceder		444.413	375.087
				Fundos		(3)	287
				Fundos Administrativos	11	(3)	287
TOTAL do ATIVO		453.720	384.308	TOTAL do PASSIVO		453.720	384.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (em milhares de reais)

Descri�o	31/12/2022	31/12/2021	Variacão no Exercício(%)
A. Patrimônio Social - In�cio do Exercício	382.876	328.582	16,52%
1. Adic�es	100.386	79.315	26,57%
(+) Contribui�es Previdenciais	51.420	47.563	8,11%
(+) Portabilidade	7.100	7.906	- 10,19%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	34.795	17.863	94,79%
(+) Receitas Administrativas	7.034	5.953	18,16%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	37	30	23,33%
2. Destina�es	(30.884)	(25.021)	23,43%
(-) Benefícios	(2.330)	(1.792)	30,02%
(-) Portabilidade / Resgates	(13.417)	(10.759)	24,70%
(-) Repasse de Pr�mios de Riscos Terceirizados	(7.775)	(6.636)	17,16%
(-) Outras destina�es	-	(18)	100%
(-) Despesas Administrativas	(7.362)	(5.816)	26,58%
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	69.502	54.294	28,01%
(+/-) Provisões Matemáticas	69.792	54.127	28,94%
(+/-) Fundos Administrativos	(290)	167	-273,65%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Opera�es transitórias	-	-	-
(+/-) Opera�es transitórias	-	-	-
B. Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4+5)	452.378	382.876	18,15%

Demonstração do Ativo Líquido - Plano Instituído - CNPB 20070035-38 | CNPJ 48.307.382/0001-27

(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício(%)
1. Ativos	453.341	383.955	18,07%
Disponível	22	55.313	-21,82%
Recebível	-	301	-100,00%
Investimento	453.319	383.218	18,29%
Fundos de Investimentos	453.319	383.218	18,29%
2. Obrigações	959	1.079	-11,12%
Operacional	959	1.079	-11,12%
3. Fundos Não Previdenciais	-	287	-100,00%
Fundos Administrativos	-	287	-100,00%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)	452.382	382.589	18,24%
Provisões Matemáticas	452.382	382.589	18,24%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Instituído - CNPB 20070035-38 | CNPJ 48.307.382/0001-27
(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
A. Ativo Líquido In�cio do Exercício	382.589	328.461	16,48%
1. Adi�es	93.315	73.333	27,25%
(+) Contribui�es	51.420	47.563	8,11%
(+) Portabilidade	7.100	7.907	100%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	34.795	17.863	94,79%
2. Destina�es	(23.522)	(19.205)	22,48%
(-) Benefícios	(2.330)	(1.792)	0,00%
(-) Portabilidade / Resgates	(13.417)	(10.759)	100%
(-) Repasse de Pr�mio de Riscos Terceirizados	(7.775)	(6.636)	100%
(-) Outras Destina�es	-	(18)	-
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	69.793	54.128	28,94%
(+/-) Provisões Matemáticas	69.793	54.128	28,94%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Opera�es Transitórias	-	-	-
(+/-) Opera�es Transitórias	-	-	-
B. Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	452.382	382.589	18,24%
C. Fundos não Previdenciais	(287)	167	-271,86%
(+/-) Fundo Administrativo	(287)	167	-271,86%

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição no Exercício (%)
A. Fundo Administrativo do Exercício Anterior	287	120	139,17%
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.071	5.983	18,18%
1.1 Receitas	7.071	5.983	18,18%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.865	2.440	17,42%
Receitas Diretas	4.118	3.467	18,78%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	37	30	23,33%
Outras Receitas	51	46	10,87%
2. Despesas Administrativas	7.361	5.816	26,56%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	7.361	5.816	26,56%
Pessoal e Encargos	3.480	3.099	12,29%
Treinamentos / Congressos e Seminários	54	30	80,00%
Viagens e Estadias	840	500	68,00%
Serviços de Terceiros	964	830	16,14%
Despesas Gerais	1.629	1.027	58,62%
Depreciações e Amortizações	26	25	4,00%
Tributos	638	305	20,66%
3. Constituição / Reversão de Contingencias	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(290)	167	-273,65%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	(290)	167	-273,65
8. Operações Transitórias	-	-	-
B. Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3	287	-101,05%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas

Plano Instituído - CNPB 20070035-38 | CNPJ 48.307.382/0001-27

(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição no Exercício (%)
1. Provisões Matemáticas	452.382	382.589	18,24%
1.1 Benefícios Concedidos	7.968	7.502	6,21%
Contribuição Definida	7.968	7.502	6,21%
1.2 Benefício a Conceder	444.414	375.087	18,48%
Contribuição Definida	444.414	375.087	18,48%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	444.414	375.087	18,48%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	14,35%
3. Fundos	-	-	0,00%
4. Exigível Operacional	959	1.079	0,00%
4.1 Gestão Previdencial	958	1.078	12,85%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	12,85%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Parecer Atuarial do Plano de Benefícios

Objetivo

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2022 para o **PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS**, administrado pelo **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUIDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV**.

Tem ainda como objetivo – com base nas informações relativas ao patrimônio de cobertura do plano informado pela Entidade e apurado contabilmente - atestar o resultado técnico-atuarial e avaliar a evolução do plano de benefícios e do programa administrativo.

São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2023, observada aprovação prévia da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e dado atestado pelo Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e à Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

Dados Cadastrais e Financeiros

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2022 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que reflete a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios.

A seguir são apresentadas estatísticas descritivas da população segurada pelo plano de benefícios:

Participantes Ativos			
Item	2020	2021	2022
Número de Participantes*	3.434	3.649	3.740
Idade Média (em anos)	38,78	39,14	39,68
Tempo Médio de Filiação ao Plano (em anos)	6,86	7,16	7,68
Contribuição Média	R\$ 682,05	R\$ 741,13	R\$ 705,03
Saldo Individual Médio	R\$ 94.121,65	R\$ 102.791,72	R\$ 118.827,15

(*) Valores contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Participantes Assistidos			
Item	2020	2021	2022
Número de Assistidos	29	21	25
Idade Média (em anos)	48,03	68,22	62,56
Tempo Médio de Filiação ao Plano (em anos)	11,17	20,78	12,46
Benefício Médio	R\$ 1.714,33	R\$ 5.855,82	R\$ 2.902,43
Saldo Individual Médio	R\$ 87.728,54	R\$ 143.564,71	R\$ 177.022,38

Beneficiários Assistidos			
Item	2020	2021	2022
Número de Pensionistas	18	29	18
Idade Média (em anos)	45,50	39,14	45,50
Benefício Médio	R\$ 2.098,60	R\$ 1.896,95	R\$ 2.098,60
Saldo Individual Médio	R\$ 150.192,30	R\$ 144.824,97	R\$ 126.516,92

Hipóteses Atuariais

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de tal adequação é exigida apenas aos planos que possuam em sua estrutura regime mutualista / atuarial.

Porém, apesar de não haver desde 2014 (Redação da Resolução CNPC Nº 15/2014), por parte do órgão regulador, uma exigência quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente, tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada.

Assim, observada a elaboração dos estudos, a aprovação da Diretoria Executiva e a Deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2022 e que estarão vigentes a partir de 01/01/2023:

- a) Taxa de Juros: 4,35%a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015-f; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-2015-f.

Resultados da Avaliação Atuarial

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PLANJUS em 31/12/2022, data base da presente Avaliação Atuarial:

Descrição	31/12/2022
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 452.381.561,68
Provisões Matemáticas	R\$ 452.381.561,68
Benefícios Concedidos	R\$ 7.968.033,12
Contribuição Definida	R\$ 7.968.033,12
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 7.968.033,12
Benefícios a Conceder	R\$ 444.413.528,56
Contribuição Definida	R\$ 444.413.528,56
Saldo - Empregadores / Instituidores	R\$ 0,00
Saldo - Participantes	R\$ 372.745.722,97
Saldo - Portabilidade de EFPC	R\$ 3.138.757,65
Saldo - Portabilidade de EAPC	R\$ 68.529.047,94
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PLANJUS, administrado pela JUSPREV, apresentou em 31/12/2022 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Importante, porém, ressaltar, que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus apereçamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.

Riscos Atuariais e outros fatos relevantes

- a) Tendo em vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime mutualista, não há riscos atuariais intrínsecos ao plano que possam acarretar desequilíbrios técnicos;
- b) As hipóteses atuariais não são adotadas para precificação do passivo atuarial, para apuração do custo ou do plano de custeio, tendo em vista a modalidade do plano de benefícios. Tais hipóteses atuariais são adotadas para composição do Fator de Conversão, aplicado sobre o saldo de contas mantido em favor do participante ou assistido para cálculo da renda de prestação continuada.
- c) Observadas as determinações regulamentares, não há constituição de Fundos Previdenciais;
- d) O plano de benefícios apresentou o resultado de Equilíbrio Técnico no encerramento do exercício, haja vista a equivalência entre as provisões matemáticas, apuradas pelo somatório dos saldos de contas extraídos de base cadastral disponibilizada pela Entidade, e o patrimônio de cobertura do plano apurado contabilmente e informado pela Entidade;
- e) Reitera-se que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus apereçamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.
- f) Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Considerações Finais

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Parecer foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela JUSPREV referente à data base 31/12/2022.

Assim, considerando o exposto no presente Parecer Atuarial se conclui que o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS encontra-se em equilíbrio técnico, destacando-se ainda que o Relatório de Avaliação Atuarial, de cunho gerencial, a ser disponibilizado à Entidade contemplará análises estatísticas e financeiras adicionais, especialmente quanto ao histórico de resgates, portabilidades, bem como em relação à população avaliada.

Este é o parecer.



Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da

FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV (“Fundação” e/ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes.

De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba – PR, 17 de fevereiro 2023.

PHF Auditores Independentes S/S
CRC - PE - 000680/0- O - "S" - PR

Contador - CRC - PE - 0018346/0 - "S" - PR
Paulo de Tarso M. Malta Jr.



Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atu rio e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2022, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 17 de març o de 2023.

VIRGILIO PANAGIOTIS STAVRIDIS
Presidente

SANDRO LOUREIRO MARONES
Conselheiro Efetivo

THIAGO BRANDÃO DE ALMEIDA
Conselheiro Efetivo

ALEXANDRE MIGUEL
Conselheiro Suplente

FLODESMIDT RIANI
Conselheiro Suplente

ROSI DE OLIVEIRA DEQUECH
Conselheira Suplente

Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atu rio e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2022, e, acatando o parecer do Conselho Fiscal do JUSPREV, manifestam a opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 17 de març o de 2023.

LUIZ FELIPE DE MIRANDA CHEIB
Vice - Presidente

FABIO COSTA GONZAGA
Conselheiro Efetivo

GERALDO LUIZ RIBEIRO
Conselheiro Efetivo

LINEU BONORA PEINADO
Conselheiro Efetivo

MARCELO CRISANTO SOUTO MAIOR
Conselheiro Efetivo

ALCINO OLIVEIRA DE MORAES
Conselheiro Suplente

BRUNO FÉLIX DE ALMEIDA
Conselheiro Suplente

CAMILA GABRIELA GREBER CALDAS
Conselheira Suplente

FABRÍCIO DIAS BRAGA DE SOUSA
Conselheiro Suplente

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA COSTA
Conselheiro Suplente

SÉRGIO AUGUSTO RIANI DO CARMO
Conselheiro Suplente



Órgãos Estatutários

São órgãos estatutários da JUSPREV o Colégio de Instituidoras, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos. Cada órgão exerce seu papel no âmbito de suas atribuições, previstas no Estatuto da entidade. Conheça cada órgão e seus respectivos integrantes:

● **COLÉGIO DE INSTITUIDORAS**

Formado por 96 Associações de Classe de Carreiras Jurídicas Públicas e 1 de Auditoria Fiscal.

● **CONSELHO DELIBERATIVO**

Órgão superior da estrutura organizacional, sendo o responsável pela definição das políticas gerais da administração e do plano de benefícios administrado pela JUSPREV.

● **CONSELHO FISCAL**

Órgão de controle interno da JUSPREV, responsável pela fiscalização de sua gestão administrativa e econômico-financeira.

● **DIRETORIA EXECUTIVA**

Responsável pela administração geral, cabendo-lhe executar as políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo, elaborar normas necessárias ao seu funcionamento, controlar e fiscalizar as atividades de seus agentes e representantes.

● **COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Tem por objetivo assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos ativos do plano administrado pela entidade, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos da JUSPREV.



Membros dos Órgãos Estatutários

Conselho Deliberativo

Presidente - Luiz Antônio Ferreira de Araújo (ABRACRED)

Vice-Presidente - Luiz Felipe de Miranda Cheib (AMMP)

Conselheiros Efetivos - Fabio Costa Gonzaga (ASMETO), Geraldo Luiz Ribeiro (AMAGIS), Lineu Bonora Peinado (APAMAGIS), Marcelo Crisanto Souto Maior (ANPT)

Conselheiros Suplentes - Alcino Oliveira de Moraes (AMPAP), Bruno Félix de Almeida (ANAFE), Camila Gabriela Greber Caldas (AMATRA IX), Fabrício Dias Braga de Sousa (ADPETO), Ricardo Alexandre da Silva Costa (ACM), Sérgio Augusto Riani do Carmo (ADEP-MG)

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente - Francisco Borges Ferreira Neto (AMERON)

Diretor Administrativo-Financeiro - Jair Eduardo Santana (AMAGIS)

Diretor Jurídico e de Benefícios - Marcio Humberto Gheller (ANFIP)

Conselho Fiscal

Presidente - Virgilio Panagiotis Stavridis (AMPERJ)

Conselheiros Efetivos - Sandro Loureiro Marones (AMPRS), Thiago Brandão de Almeida (AMAPI)

Conselheiros Suplentes - Alexandre Miguel (AMERON), Flodesmidt Riani (AMMP), Rosi de Oliveira Dequech (APAP)

Colégio de Instituidoras

Presidente: Vilson Antonio Romero (ANFIP)

Vice-Presidente: Jederson Suzin (AMAPAR)

Comitê de Investimentos

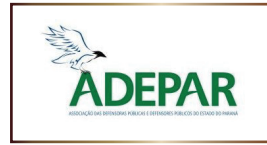
Presidente - Gervásio Protásio dos Santos Junior (AMMA)

Membros - Décio Bruno Lopes (ANFIP), Fabio Bertoli Esmanhotto (APEP), Felipe Locke Cavalcanti (APMPSP), Maurício Trevisan (AMPRS), Miguel Arcanjo Simas Nôvo (ANFIP)



Instituidoras





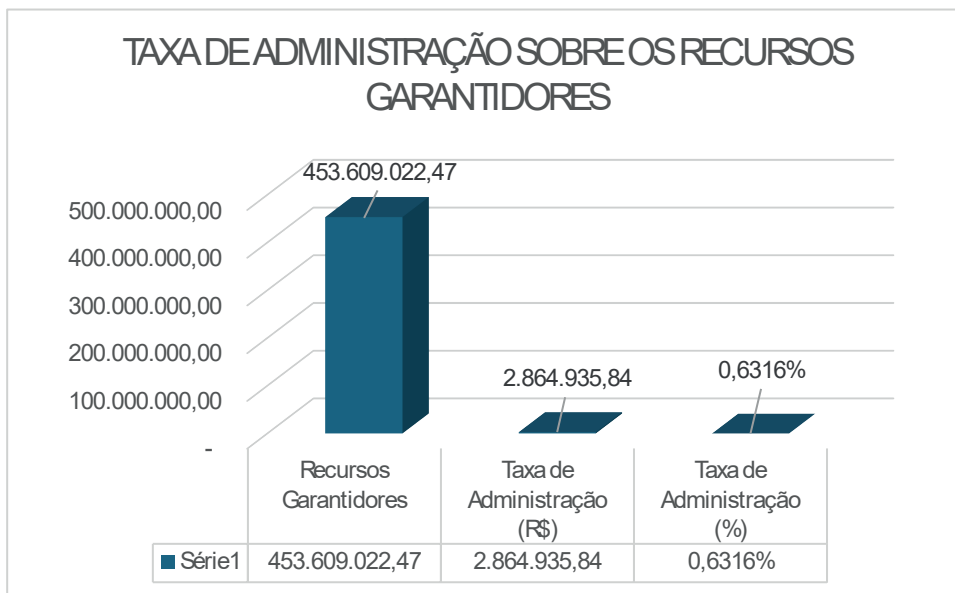


Anexo 1:

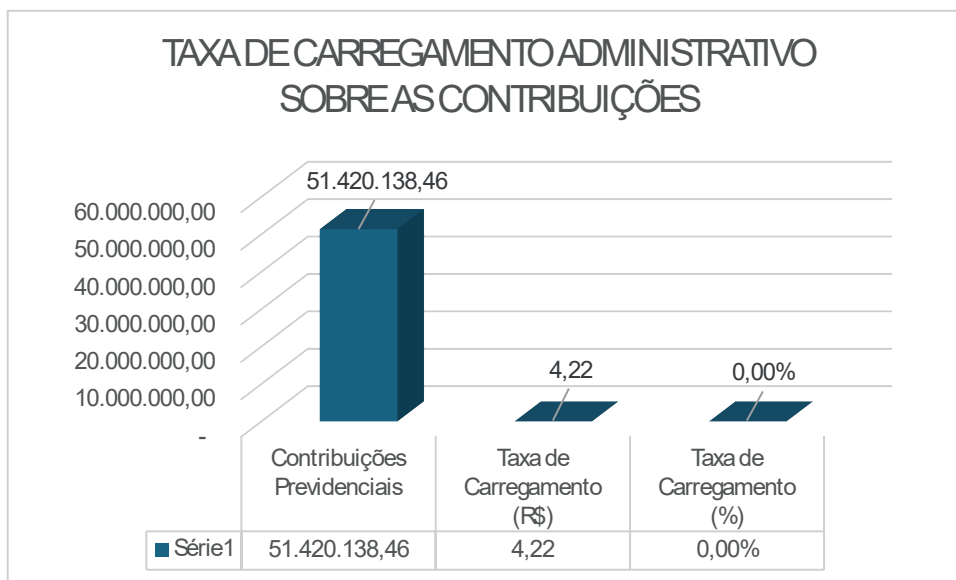
INDICADORES DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

ESTABELECIDOS NO ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO CNPC 48/2021

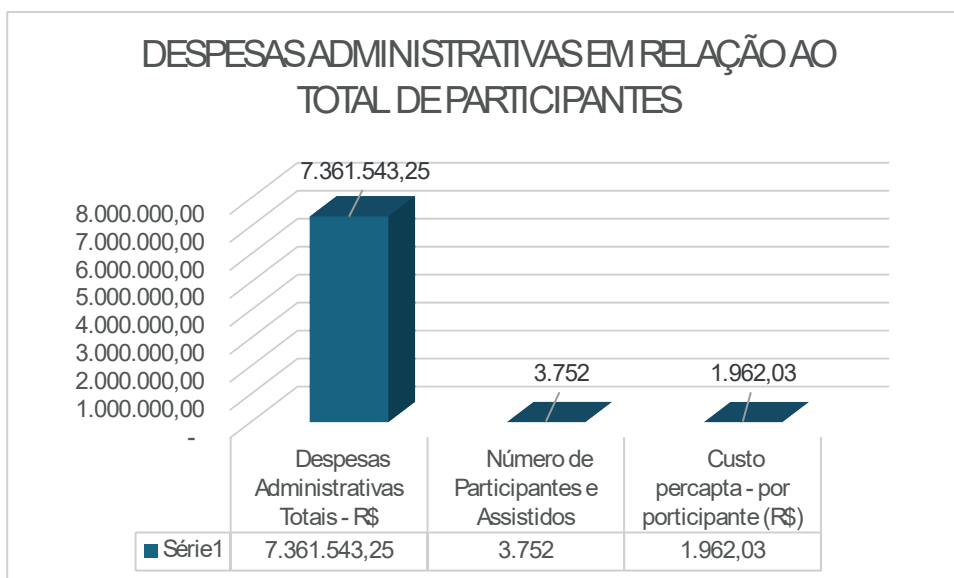
Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores



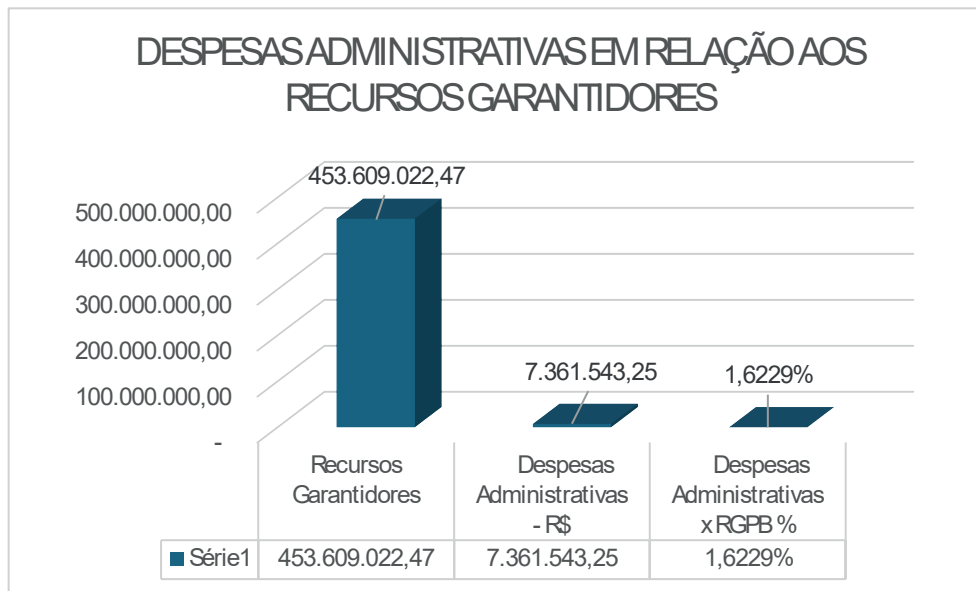
Taxa de Carregamento Administrativo sobre as Contribuições



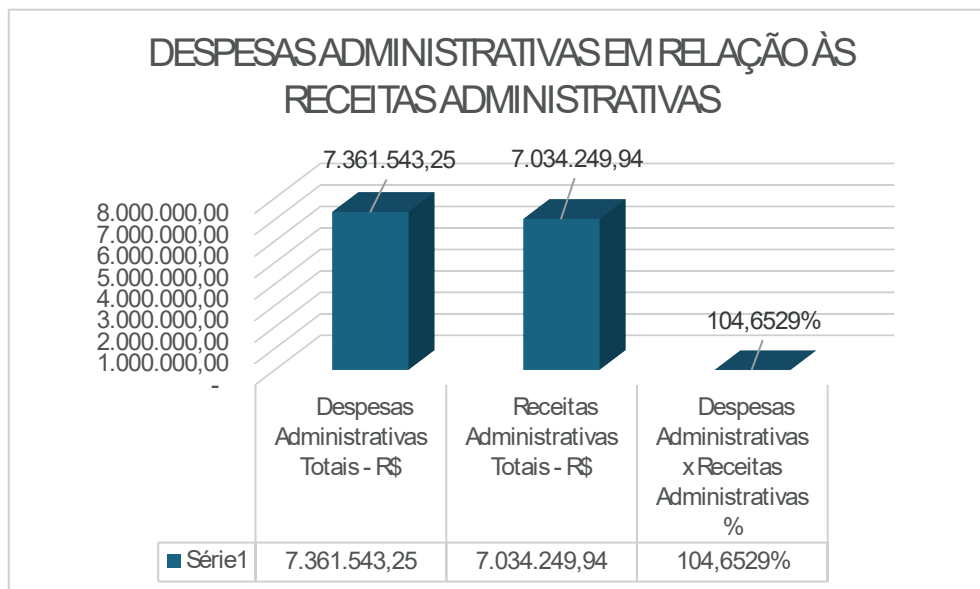
Despesas Administrativas em relação ao total de participantes



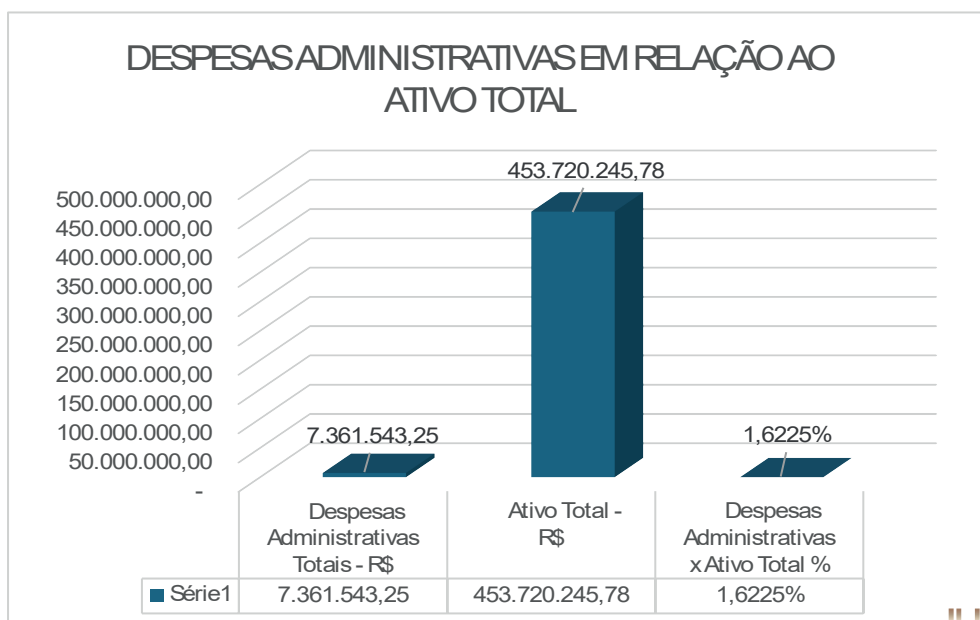
Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores



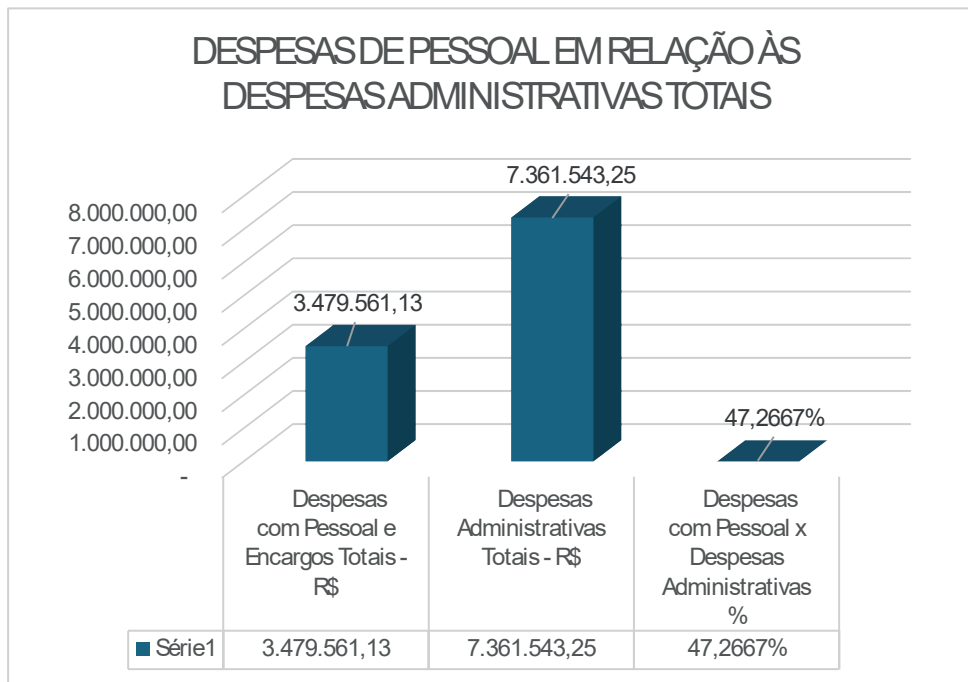
Despesas Administrativas em relação às Receitas Administrativas



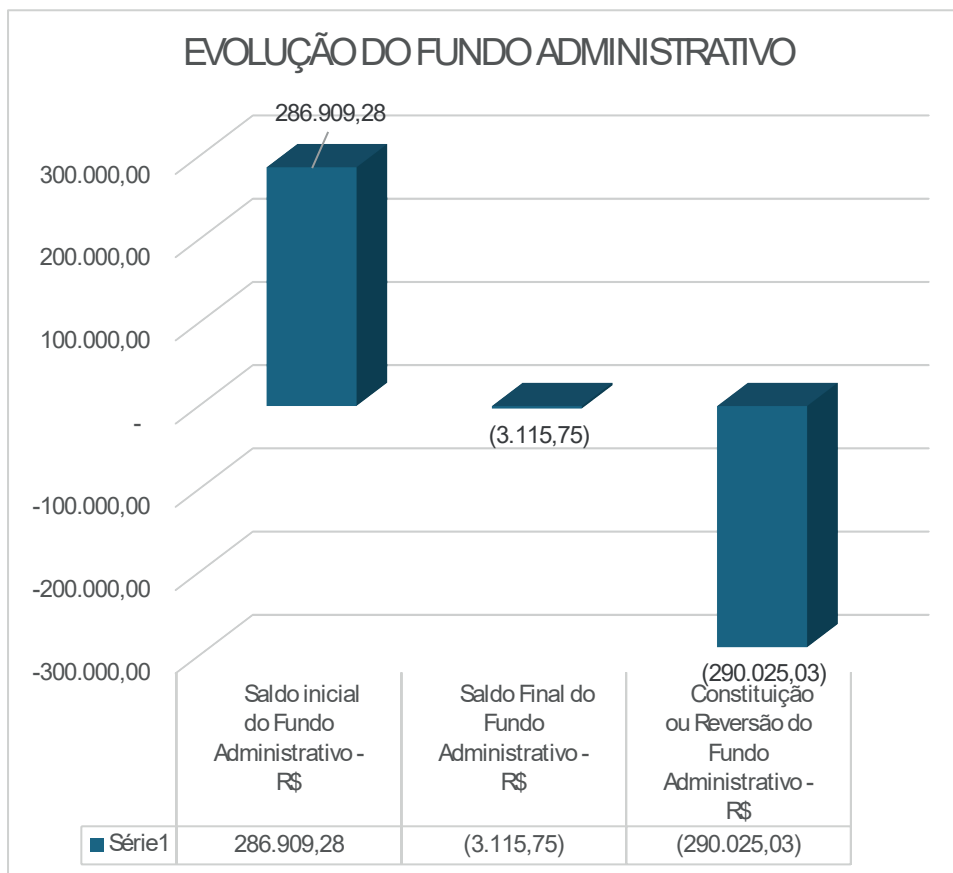
Despesas Administrativas em relação ao Ativo Total



Despesas de Pessoal em relação às Despesas Administrativas Totais



Evolução Fundo Administrativo



Relatório Anual de Informações

2022

JUSPREV



Rua Alberto Folloni, 541 - Térreo - Juvevê
80530-300
Curitiba - PR



0800.052.3434
(41) 3252 - 3400



[/jusprev](#)



[/jusprevprevidencia](#)



[/jusprev](#)



www.jusprev.org.br